JUSTICA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PROCESSO Nº TST-RR-45185/92.5

A C Ó R D Ã O (Ac.2*T-4101/92) ND/AEQ/gh

> 2-27-4063/92 6 STA DEPOSS 20 2-27-4113/2

DOR PÚBLICO MUNICIPAL - OS Decretos-Leis nºs 2.284/86 e 2.357/87, que instituíram a correção automática dos salários, pelos mecanismos intitulados "gatilhos" e "URPs", não discriminam, nem excluem de sua abrangência, os servidores públicos contratados sob o regime da CLT. Não cabe, pois, ao intérprete, promover distinção.

Por outro lado, tendo o Reclamado, equiparando-se ao empregador comum, contratado sob o regime da CLT, está submetido às leis federais sobre Direito do Trabalho.

Recurso de Revista parcialmente conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista nº TST-RR-45185/92.5, em que é Recorrente PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO e Recorrido ANTÔNIO DE SOUZA GALIANO,

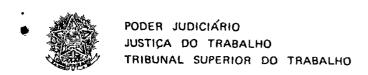
RELATÓRIO

O E. 2º Regional, em Acórdão de fls. 126/127, negou provimento ao Recurso Ordinário da Reclamada, mantendo a condenação em horas extras e em diferenças salariais decorrentes da aplicação dos reajustes automáticos - gatilhos e URPs.

Inconformado, recorre de Revista o Município, às fls. 129/137, com fulcro nas alíneas "a" e "c", do art. 896, consolidado, apontando violação de diversos preceitos normativos, bem como configuração de dissenso pretoriano com os julgados que traz à colação.

O r. Despacho de fl. 162 admitiu a

Revista.



PROCESSO Nº TST-RR-45185/92.5

Sem contra-razões, opina a D. Procuradoria-Geral pelo conhecimento parcial e desprovimento do apelo.

OTOV

1 - CONHECIMENTO

1.1 - HORAS EXTRAS

Sobre o tema em epígrafe, assim consignou o v. Acórdão recorrido, "in verbis":

·

Não há prova nos autos de que a reclamada tivesse remunerado corretamente as horas extras prestadas pelo reclamante, e este ônus era seu. O laudo pericial de fls. 78/86, apurou as diferenças de horas extras, computando todas as extraordinárias pagas pela reclamada. Não há que se falar em jornada de compensação pois o reclamante laborou em muitos sábados e domingos.

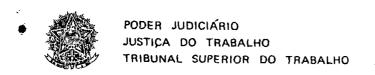
(fl. 127)

Em suas razões de Revista, sustenta o Município ter o v. Acórdão regional violado o art. 333, inciso I, do CPC, pois competia ao Reclamante o ônus de provar o não-pagamento de horas extras.

Não há como se conhecer do apelo, no particular, sob pena de se ofender o que dispõe o Enunciado nº 126, desta Corte, já que a discussão gira em torno de existir, ou não, nos autos, prova de pagamento do labor extraordinário.

Note-se, ainda, que o E. 2ª Regional baseou-se no laudo pericial para deferir a parcela em epígrafe.

É de se ressaltar, finalmente, que a suposta ofensa ao art. 333, I, do CPC, carece do devido prequestionamento.



PROCESSO Nº TST-RR-45185/92.5

Não conheço, no particular.

1.2 - DIFERENÇAS SALARIAIS - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Consignou o E. Regional que, tendo sido o Reclamante contratado pelo regime da CLT, estaria sujeito a política salarial editada pelo Governo Federal. Desta forma, entendeu devidas as diferenças salariais decorrentes da incidência dos reajustes salariais automáticos gatilhos e URPs.

Em sem apelo revisional, sustenta o Município, que tal entendimento afronta o que dispõem os arts. 30, inciso II, 39 e 169, todos da Carta Política, bem como ao art. 27, do Decreto-Lei Complementar nº 9/69 (Lei Orgânica dos Municípios). Aponta, ainda, a configuração de dissenso jurisprudencial com os arestos que traz à confronto.

O v. aresto de fls. 135/136, trazido na íntegra às fls. 144/147 é específico, ensejando o conhecimento do apelo.

Conheço, no particular.

2 - MÉRITO

2.2 - DIFERENÇAS SALARIAIS - SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Os Decretos-Leis nºs 2.284/86

2.357/87, que instituíram a correção automática dos salários, pelos mecanismos intitulados "gatilhos" e "URPs", não discriminam, nem excluem de sua abrangência, os servidores públicos contratados sob o regime da CLT. Não cabe, pois, ao intérprete, promover distinção.

Por outro lado, tendo o Reclamado, equiparando-se ao empregador comum, contratado sob o regime da CLT, está submetido às leis federais sobre Direito do Trabalho.

Nego provimento ao Recurso.

ISTO POSTO:

ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso



PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PROCESSO Nº TST-RR-45185/92.5

Brasília, 29 de outubro de 1992.

apenas quanto às diferenças salariais - servidor público, mas negarlhe provimento.

	HYLO GURGEL PRESIDENTE
	NEY DOYLE RELATOR
Ciente:	CÉSAR ZACHARIAS MÁRTYRES SUBPROCURADOR-GERAL DO TRABALHO